



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO-VISTA Nº 107/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.19.001.000240/2012-19

ORIGEM: PRM – IMPERATRIZ/MA

PROCURADOR OFICIANTE: ROBERTO D'OLIVEIRA VIEIRA

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

VOTO-VISTA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MATÉRIA: Peças de Informação. Crime de violação de propriedade autoral de cultivar (Lei nº 9.456/97, art. 37 §§ 1º a 3º). Comércio interno de sementes de arroz, sem autorização do titular. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 – 2ª CCR). Notícia de que empresa não registrada no Sistema Nacional de Sementes e Mudas – SNSM opera sem autorização do titular da propriedade de cultivares de arroz. Comercialização de sementes de arroz sem registro, em concorrência desleal com as empresas legalizadas. A conduta não afronta o exercício da atividade de fiscalização ou dano direto aos serviços prestados pela entidade fiscalizadora, hipóteses em que a competência para o processo e julgamento de eventual crime seria da Justiça Federal, e, conseqüentemente, a atribuição para a respectiva atuação do Ministério Público Federal. Ausência de elementos mínimos de crime capazes de justificar a atribuição do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal. Possível cometimento de crimes contra particulares. Necessidade de investigação no âmbito da Justiça Estadual. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Acompanho o voto do Relator Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré.

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal, às fls. 54/55.

Devolvam-se os autos à origem com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 21 de outubro de 2013.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

/T.